

# Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 10

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Servidor aposentado antes de 2008 pode ter reajuste do INSS.....2

O GLOBO ONLINE - RJ - RIO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estado diz que não tem como pagar dívida de R\$ 8,6 bilhões com a União no ano que vem  
.....3

PORTAL UOL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária recebe quase 300 emendas; veterinários, floriculturas e táxi-aéreo pedem  
exceção  
.....5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Aprovado Refis e aumento no ICMS.....6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Texto sobre fundos exclui mudança em remuneração paga a acionistas.....8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Portugal vai encerrar regime de incentivo fiscal para estrangeiro.....10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Projeto das offshores não incluirá Juros sobre Capital Próprio.....11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Dólar vai a R\$ 5,15 com taxas altas nos EUA.....13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

A batata quente dos precatórios - ZEINA LATIF.....14

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Emprego forte nos EUA faz dólar atingir R\$ 5,15.....16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Campos Neto compara reuniões com Lula e Bolsonaro.....17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

O bode dos precatórios foi colocado na sala - LU AIKO OTTA.....18

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE  
SEGURIDADE SOCIAL

Fundações buscam diversificar, mas ritmo é incerto.....20

# Servidor aposentado antes de 2008 pode ter reajuste do INSS

**DANIEL GULLINO**

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que as aposentadorias de **servidores públicos** concedidas antes de 2008 podem ser reajustadas pelo mesmo índice utilizado no Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A decisão foi tomada por unanimidade, em julgamento no plenário virtual da Corte.

Prevaleceu o voto do relator, ministro Dias Toffoli.

Os ministros rejeitaram recurso da União contra uma decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4). O caso tem repercussão geral, ou seja, deve ser seguido por tribunais de todo o país.

Originalmente, a Constituição previa a paridade entre os reajustes de servidores ativos e inativos. Isso foi encerrado com a Reforma da Previdência de 2003. No ano seguinte, uma lei definiu que a aposentadoria deveria ser corrigida na mesma data em que houvesse reajuste do RGPS.

VÁCUO DE QUATRO ANOS Entretanto, não havia a definição de qual seria o índice.

Isso foi alterado em 2008, quando ficou definido que o mesmo índice deveria ser utilizado para os dois casos.

Por isso, houve um vácuo para quem se aposentou entre 2004 e 2008.

A tese proposta por Toffoli, acompanhada pela maioria dos ministros, é a de que é "constitucional o reajuste de proventos e pensões concedidos a **servidores públicos** federais e seus dependentes não beneficiados pela garantia de paridade de revisão pelo mesmo índice de reajuste do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), previsto em normativo do Ministério da **Previdência Social**, no período anterior à lei 11.784/2008." Na decisão questionada, o TRF-4 considerou válida a revisão dos proventos e das pensões pagos em período anterior à entrada em vigor da lei 11.784/2008, que assegurou aos proventos dos servidores federais e seus pensionistas os mesmos índices aplicados aos benefícios do RGPS.

A União havia argumentado que seria inviável a

correção dos benefícios pela aplicação direta de atos normativos do Ministério da **Previdência Social** porque, até a edição da medida provisória 431/2008 (convertida na lei 11.784), não havia lei fixando os índices de reajuste daqueles benefícios.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Estado diz que não tem como pagar dívida de R\$ 8,6 bilhões com a União no ano que vem

**Rafael Galdo**

O governador Cláudio Castro afirmou ontem, após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que o Rio não tem condições de fazer todos os pagamentos previstos para o ano que vem dentro do Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Se o acordo que garante o escalonamento da dívida do estado com a União não for revisado, Castro não descarta "atrasos de salário" e "quebradeira", repetindo fantasmas de crises do passado. Segundo ele, pelo ajuste em vigor, o Rio tem que pagar R\$ 8,6 bilhões ao governo federal só em 2024. Isso num cenário de queda na arrecadação, especialmente após mudanças no ICMS.

- É um problema que vai causar fome no estado, atraso de salário - disse Castro, em Brasília. - Se não avançarmos e finalizarmos a negociação até o final deste ano, o Rio passará por muitas dificuldades no ano que vem, e nós não queremos que isso aconteça. Entendemos que é uma negociação complexa, mas o ministro está acessível.

Em agosto, segundo a Secretaria estadual de Fazenda (Sefaz), a dívida consolidada do Rio com a União somava R\$ 186 bilhões - incluindo financiamentos em que o governo federal é avalista. E o principal argumento do governador para pedir a revisão do RRF é a mudança de cenário fiscal devido à lei complementar federal 194, que, desde julho de 2022, diminuiu as alíquotas do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações. Apenas no ano passado, a perda do estado com o corte foi de R\$ 3,6 bilhões. Para 2023, a previsão era de que pudesse chegar a R\$ 10 bilhões.

Já num balanço geral da arrecadação do estado, de janeiro a setembro deste ano, dados da Transparência RJ consultados ontem mostram que as receitas realizadas caíram R\$ 3,89 bilhões com relação ao mesmo período de 2022, um recuo nominal (sem a correção da **inflação**) de 5,2%, de R\$ 75,5 bilhões para R\$ 71,6 bilhões. O ICMS não era o único fator para o rombo, que já reduz a margem para investimentos e leva lideranças políticas fluminenses a pressionar Brasília por medidas.

- Estamos vivendo um momento muito difícil. A previsão, sem vislumbrar melhoras, e podendo haver piora, é de um déficit (gastos acima da arrecadação) de R\$ 18 bilhões no triênio de 2024 a 2026 - ressaltou na semana passada o deputado André Corrêa (PP), presidente da Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), referindo-se à perspectiva apresentada pelo governo na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, sancionada cerca de dois meses atrás.

Para ele, uma das medidas primordiais é agilizar a entrada em vigor da **Reforma Tributária**, atualmente em debate no Senado. E, junto a isso, viabilizar uma espécie de Refis (refinanciamento) da dívida do estado com a União:

- Não vejo saída se não houver a reestruturação da dívida. Pessoalmente perguntei ao Arthur Lira (presidente da Câmara) se há espaço para a discussão do Refis em paralelo à **Reforma Tributária**. Ele, em público, disse que sim. É um apelo do estado a ele e também ao presidente (do Senado) Rodrigo Pacheco.

A Transparência mostra que até houve aumento de arrecadação de **impostos** como o IPVA. Mas, de janeiro a setembro, a queda das receitas comparadas com o mesmo período de 2022 chegava a R\$ 4,6 bilhões nas chamadas outras receitas patrimoniais, que se referem basicamente a royalties e participação especial do petróleo e gás; a R\$ 2,9 bilhões nas outorgas de direitos de uso de recursos hídricos, por haver menos volume de verbas provenientes da concessão da Cedae; e a R\$ 2,7 bilhões no ICMS.

Com relação aos royalties, a Sefaz lembra que, se em 2022 o preço médio do barril foi de US\$ 100,78, em 2023 estava em US\$ 84,56, apesar de projeções de alta neste fim de ano.

Já sobre ICMS, a pasta ressalta duas medidas com impacto positivo: o acerto da compensação, pela União, das perdas de arrecadação - paga em amortizações da dívida - e a negociação com o governo federal que alterou, este ano, a cobrança do imposto sobre combustíveis, que passou a ter valor

fixo por litro e que, segundo a Sefaz, "trouxe aumento de receita". Em outra vertente, a Fazenda diz que o Rio trabalha para atrair empresas e investimentos com o objetivo de trazer empregos e renda para a população, com reflexos na arrecadação tributária.

A situação nas contas já tem sido apresentada como uma das alegações do estado para não pagar a segunda parcela da recomposição salarial aos servidores do Executivo, retroativa do período de setembro de 2017 a dezembro de 2021. E torna-se mais espinhoso o caminho para viabilizar promessas como a ligação viária Transbaixada e retomar obras que estão paradas - como a de uma ponte em Duque de Caxias que já consumiu R\$ 12,5 milhões após a constatação de erros no projeto.

- Não é uma bomba-relógio. É uma bomba que já explodiu. Então, se corta, primeiro, nos investimentos. Não começam novas obras ou se avança a passos de cágado naquelas que estão andamento - afirma o deputado Luiz Paulo (PSD), vice-presidente da Comissão de Tributação da Alerj. - O governo tem que apertar o cinto, se dedicar a dar eficiência à arrecadação e combater a sonegação - completa ele, que defende uma mudança no indexador da dívida, atualmente reajustada pelo IPCA ou pela Selic (o que for menor), mais uma margem de 4% ao ano.

O vice-governador Thiago Pampolha concorda que essa mudança no indexador ou a postergação do pagamento da dívida podem ser saídas discutidas na renegociação do RRF. O estado, porém, ainda não formalizou uma proposta ao Ministério da Fazenda com os termos que definiriam a revisão. E, com o aperto atual, Pampolha reconhece que o governo poderia não iniciar obras novas e ampliar o prazo para a entrega de outras.

- Continuam as obras que trazem a indução do desenvolvimento regional, geram renda e empregos. O metrô leve da Baixada Fluminense, por exemplo, segue sendo prioridade - afirma ele.

Coordenador executivo do Centro de Gestão de Políticas Públicas do Insper, André Luiz Marques diz que mais medidas são necessárias. Ele teme que uma nova revisão do RRF se some a outras anteriores e, mais uma vez, não resolva as questões financeiras do estado. Segundo ele, o caminho é reduzir despesas:

- É preciso fazer uma reforma administrativa, além de rever benefícios, investimentos, planos de expansão e prestações de serviço. São medidas duras, mas têm de ser aplicadas.

Ontem, na Alerj, numa audiência pública sobre as metas fiscais do governo, outros alertas foram dados.

Entre eles o de que, mesmo em RRF, o estoque da dívida consolidada do estado cresceu R\$ 16 bilhões do segundo quadrimestre de 2022 para o mesmo período deste ano.

Em visita semana passada ao Rio, o secretário de Assuntos Federativos da Presidência, André Ceciliano, no entanto, reiterou que o governo está aberto a dialogar sobre o RRF. E completou:

- Os governadores do Consórcio Sul-Sudeste (Cosud) querem discutir repactuar as dívidas. É justo, vamos sentar e conversar.

O primeiro acordo de recuperação fiscal do Rio foi firmado em 2017. Como algumas das medidas não foram cumpridas, houve repactuações. Na última, de junho do ano passado, foi acertado que o pagamento da dívida, de forma escalonada, começaria em agosto de 2022. Desde então, até agosto de 2023, segundo a Sefaz, o estado já pagou R\$ 3,6 bilhões à União, sendo R\$ 785 milhões por meio das compensações das perdas do ICMS em razão da Lei 194.

Além do Rio, Minas Gerais, Goiás e Rio Grande do Sul estão no RRF. Com as contas públicas no vermelho, os quatro pleiteiam renegociação dos termos com o Tesouro.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/10/04/estado-diz-que-nao-tem-como-pagar-divida-de-r-86-bilhoes-com-a-uniao-no-ano-que-vem.ghtml>**

# Reforma tributária recebe quase 300 emendas; veterinários, floriculturas e táxi-aéreo pedem exceção

4.out.2023 às 6h00

A proposta de **Reforma Tributária** (PEC 45) já reúne quase 300 emendas apresentadas desde o início de sua tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, no início de agosto.

Entre os temas estão alguns que já foram tratados no blog e em reportagens do caderno Mercado da Folha , como alíquota máxima para os novos **tributos**, mudanças na representação no Conselho Federativo e limites para o Imposto Seletivo .

Grande parte dessas sugestões se refere a pedidos de exceção para muitos setores. Como relatou um advogado ao blog, muitas entidades que tiveram uma atuação mais discreta na Câmara (e não foram contempladas) intensificaram as conversas com os senadores.

Atualmente, a lista de pedidos apresentados pelos parlamentares inclui também veterinários, floriculturas e empresas táxi-aéreo, entre muitos outros segmentos. Há ainda tentativas de ampliar as benesses já conquistadas na Câmara, como nos pacotes de emendas do agronegócio e dos setores de petróleo e transportes.

Em reportagens anteriores tratei também do pedido de um regime específico para profissões regulamentadas e da emenda do Simples , que na verdade não beneficia as pequenas empresas.

Há emendas que procuram melhorar o texto aprovado na Câmara ou refletem a disputa entre governadores dentro da reforma, como a redução da transição federativa de 50 para 30 anos, um novo critério de distribuição do Fundo de Desenvolvimento Regional e mudança de redação para garantir a efetividade do direito à não-cumulatividade.

Outros temas para ficar de olho são a revisão da exceção para Zona Franca de Manaus, a exclusão dos **tributos** sobre propriedade da PEC e tentativa de inclusão da desoneração da folha na reforma.

Na semana passada, o relator da **Reforma Tributária**

no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), afirmou que vai atrasar a entrega de seu parecer. A data anterior era esta quarta-feira (4). A nova previsão é o próximo dia 20.

Até lá, muitas audiências públicas nas quais os mais diversos setores irão explicar por que merecem pagar a "meia entrada", que atualmente é de 40% e pode ser reduzida ainda mais, aumentando a carga de quem não teve seu lobby contemplado.

(Esta é a versão atualizada do texto publicado originalmente na newsletter FolhaJus , exclusiva para assinantes da Folha)

**Site:** <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2023/10/reforma-tributaria-recebe-quase-300-emendas-veterinarios-floriculturas-e-taxi-aereo-pedem-excecao.shtml>

# Aprovado Refis e aumento no ICMS



Suzano Almeida

A Câmara Legislativa (CLDF) aprovou, ontem, em dois turnos o Programa de Incentivo a Regularização Fiscal do Distrito Federal (Refis-DF 2023) - Projeto de Lei Complementar 31/2023. A medida, enviada pelo Executivo distrital, beneficiará pessoas físicas e jurídicas que tenham dívidas com o Governo do Distrito Federal em aberto até 31 de dezembro de 2022. Na mesma sessão, foi aprovado o aumento no Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) local, que passará de 18% para 20%.

De acordo com as expectativas do Executivo, por meio da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal (Sefaz-DF), a previsão é que o Refis-DF arrecade R\$ 1,4 bilhão, que deixaram de ser pagos ao longo dos últimos 10 anos, sendo cerca de R\$ 346 milhões à vista e mais de R\$ 1,1 bilhão parcelados.

"Foi aprovado o texto original do governo. Esse era um dos temas mais importantes, que beneficiará a todos, em especial o setor produtivo. Tínhamos urgência em aprovar essa matéria, por conta dos prazos, e conseguimos fazer isso em dois turnos", comemorou o presidente da Câmara Legislativa, Wellington Luiz (MDB).

De acordo com a proposta do GDF, o Refis-DF valerá para os seguintes **tributos**: ICMS, ISS, IPTU, IPVA, ITBI, ITCD, TLP, Simples Candango, débitos não tributáveis ou tributáveis devidos ao Distrito Federal e às suas autarquias, fundações e entidades equiparadas, além de outros não especificados. Elas poderão ser parceladas em até 120 vezes com queda progressiva do juro até 40%. Caso o pagamento seja à vista, o desconto pode chegar a 99%. Para aqueles

que quiserem aderir ao programa, é necessário o pagamento mínimo de 10% do valor da dívida, independentemente do número de parcelas solicitadas junto à Sefaz. O cidadão ou a empresa precisa, ainda, renunciar a qualquer processo ou questionamento sobre o tributo.

## ICMS

O Plenário do Legislativo do DF aprovou também o aumento do ICMS. A alíquota passará de 18% para 20%. A medida proposta pelo governo e aprovada pelos deputados distritais foi uma forma de compensar a perda de receita com a remissão de **impostos** feitas pelo governo federal.

O principal item a sofrer com o aumento dos **tributos** serão os lubrificantes e "produtos não listados", conforme consta no Projeto de Lei 588/2023, que altera a Lei Distrital 1.254/1996. Por conta desse dispositivo, o teto para a cobrança de imposto local era de 18%, o que causou queda na arrecadação do Distrito Federal em cerca de R\$ 533 milhões.

Segundo o detalhamento enviado pelo governo à Câmara Legislativa, apenas com os combustíveis, a perda na arrecadação foi de quase R\$ 300 milhões.

"Se eu disser que me sinto confortável com esse aumento de imposto, não estou. Precisamos fazer alteração na alíquota modal para compensar a perda de arrecadação. Não era o que queríamos, mas foi o necessário para que o governo mantivesse suas contas em dia", afirmou Wellington Luiz, após a sessão.

A aprovação da pauta foi comemorada pelo governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB). Ao Correio Braziliense, o chefe do Executivo local elogiou o trabalho da Câmara Legislativa que aprovou as matérias em caráter de urgência.

"A aprovação é sinal de união da política do Distrito Federal em torno de temas tão importantes. Só tenho a agradecer a parceria da CLDF. Deputados mostrando o seu compromisso com a população do Distrito Federal", agradeceu Ibaneis Rocha.

Para ter validade, a matéria precisa, agora, ser sancionada pelo governador e publicada no Diário Oficial do DF. Os prazos também deverão ser publicados na mesma edição.

Descontos do Refis-DF 2023

À vista: 99% dos juros

Parcelamentos de 2 a 12 vezes: 90%

Até 120 parcelas: queda progressiva até 40%

Confira os **tributos** do Refis-DF

ICMS

ISS

IPTU

IPVA

ITBI

ITCD

TLP

Simplex Candango

Débitos não tributáveis ou tributáveis devidos

"A aprovação é sinal de união da política do Distrito Federal em torno de temas tão importantes. Só tenho a agradecer a parceria da CLDF. Deputados mostrando o seu compromisso com a população do Distrito Federal" Ibaneis Rocha, governador do DF

"Esse era um dos temas mais importantes que beneficiará a todos, em especial o setor produtivo. Tínhamos urgência em aprovar essa matéria, por conta dos prazos, e conseguimos fazer isso em dois turnos" Wellington Luiz, presidente da CLDF

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/10/04/all.pdf>**

# Texto sobre fundos exclui mudança em remuneração paga a acionistas

**MARIANA CARNEIRO**

Divulgado na noite de ontem, o relatório do deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) sobre o projeto de lei que tributa os fundos de investimentos da alta renda (exclusivos e offshore) deixou de fora a mudança na tributação dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), remuneração feita pelas grandes empresas aos seus acionistas.

A inclusão do JCP havia sido proposta pelo próprio deputado ao governo e a líderes partidários, mas a ideia não avançou diante da resistência de parlamentares sobre a medida, o que poderia inviabilizar a votação dos fundos. A equipe econômica prevê arrecadar cerca de R\$ 20 bilhões com a tributação dos chamados mais ricos em 2024.

O relatório de Pedro Paulo demonstra que o Ministério da Fazenda cedeu ao presidente a Câmara, Arthur Lira (PPAL), em alguns pontos. Lira havia defendido que o contribuinte brasileiro que atualizar seus investimentos no exterior para o valor de mercado em 31 de dezembro de 2023 fosse tributado pelo ganho de capital em 6%, e não em 15% como prevê a legislação atual.

A oferta original da Fazenda era de que essa taxa fosse de 10%, mas diante da resistência de Lira e da necessidade de ampliar a arrecadação a equipe de Haddad sinalizou que aceitava o acordo, como antecipou o Estadão em agosto.

O relator também baixou de 10% para 6% a tributação sobre os fundos exclusivos no Brasil que optarem por antecipar a vigência da taxa para este ano. A alíquota cheia a partir de 2024 será de 15% a 20%, a depender se o fundo é de curto ou de longo prazo.

**ARTICULAÇÃO.** Pedro Paulo passou boa parte de ontem tentando convencer o governo e os demais deputados a incluir JCP no projeto dos fundos.

Com isso, três medidas da lista de ampliação da arrecadação da lista do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entrariam na pauta de votações da Câmara de uma só vez.

No entanto, a junção não estava no radar de líderes partidários, que demonstraram contrariedade com a

proposta inicial da Fazenda de acabar com o abatimento nos **tributos** devidos sobre o JCP.

O mecanismo é um instrumento usado por grandes companhias para remunerar acionistas.

Ele permite que a distribuição de lucros seja enquadrada como despesa - e, assim, abatida do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A alteração, segundo as grandes empresas de capital aberto, inviabilizaria o instrumento, que permite a elas pagarem menos **impostos** ao remunerar seus investidores.

**INICIATIVA.** O foco do governo, ao mirar nesse instrumento, é atacar o planejamento tributário feito por empresas de grande porte da chamada economia real para pagar menos **tributos**.

A equipe econômica argumenta que o uso do mecanismo foi desvirtuado e deve ser extinto.

Em reunião na residência oficial do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ontem, o líder do União Brasil, Elmar Nascimento (União- BA) foi um dos que se posicionaram contra o projeto de mudar o JCP, alegando que se trata de um aumento de carga tributária, uma pauta eminentemente "de esquerda".

A Fazenda estima que pode arrecadar até R\$ 10,5 bilhões em 2024 com a alteração, em meio a um esforço da equipe econômica para zerar o rombo das contas públicas no ano que vem.

Outros três líderes partidários consultados pelo Estadão disseram, sob reserva, que também são contrários à proposta da Fazenda. O deputado, segundo os colegas, tentaria negociar com a equipe de Haddad uma alternativa menos dura para as empresas e, principalmente, para o setor financeiro, que se queixa de que será o segmento mais penalizado com o fim do JCP. Uma das alternativas ensaiadas era excluir o setor financeiro das mudanças do JCP.

A taxa dos fundos, porém, encontra ambiente mais simpático na Câmara. "Não vejo dificuldade na taxa dos fundos porque os grandes investidores

precisam pagar um pouco mais de **impostos**", afirmou o presidente do Republicanos, Marcos Pereira (Republicanos-SP).

O trâmite acelerado imposto por Lira nas medidas, até então paradas há pouco mais de um mês na Câmara, foi relativizado por líderes partidários.

"Lira disse na reunião na semana passada que colocaria fundos em votação nesta semana, não há mudança de planos aí", afirma o líder do PSB, Felipe Carreras (PSB-PE).

"Não vejo dificuldade na taxação dos fundos porque os grandes investidores precisam pagar um pouco mais de **impostos**" Marcos Pereira Presidente do Republicanos "Lira disse na reunião da semana passada que colocaria fundos em votação nesta semana" Felipe Carreras Líder do PSB na Câmara

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Portugal vai encerrar regime de incentivo fiscal para estrangeiro



Alta dos preços. Moradores de Lisboa vão às ruas protestar contra o aumento dos aluguéis

Portugal vai encerrar no ano que vem um regime especial que oferece **impostos** mais baixos durante dez anos para residentes não habituais. Ele é usado para atrair profissionais de outros países, inclusive os chamados nômades digitais, que viajam pelo mundo trabalhando em diferentes locais temporariamente.

A medida provocou uma onda de estrangeiros interessados em viver em Portugal, mas alimentou uma crise imobiliária ao elevar os preços dos imóveis.

O programa de Residente Não Habitual (RNH) prevê uma alíquota especial de 20% sobre rendimentos do trabalho de atividades de "alto valor agregado" - que abrange professores, médicos e arquitetos, entre outras profissões - e uma tributação de 10% sobre as aposentadorias originadas no exterior, ambos durante dez anos. Um terceiro benefício do regime especial é a isenção de **impostos** sobre a renda de origem estrangeira, incluindo aluguel, se esta for tributada no país de origem.

O benefício fiscal está disponível para as pessoas que se tornam residentes em Portugal ao passarem mais de 183 dias por ano no país.

O primeiro-ministro António Costa descreveu o regime tributário especial como uma "injustiça fiscal" que não faz mais sentido. Em entrevista à CNN Portugal na segunda-feira à noite, ele destacou, no entanto, que o regime permanecerá em vigor para aqueles que já se

beneficiam da medida: - Não faz sentido continuar a manter um nível (diferenciado) de imposto para residentes não habituais.

Manter essa medida para o futuro é estender uma medida de injustiça fiscal e também é uma maneira de continuar a inflar o mercado imobiliário.

O encerramento do regime foi motivado pela preocupação com o impacto do dinheiro estrangeiro no mercado imobiliário, onde um aumento nos preços das casas deixou muitos residentes locais com dificuldades para encontrar acomodações adequadas, principalmente nas cidades de Lisboa e Porto e na região do Algarve.

**AUMENTO DE 65% DESDE 2015** O Ministério das Finanças informou, em julho, que havia um total de 89 mil estrangeiros que usufruíam do regime tributário de residente não habitual no país.

O anúncio do governo foi feito dois dias depois que milhares de pessoas saíram às ruas de Lisboa e de outras cidades de Portugal para protestar contra o aumento dos aluguéis e dos preços das casas.

No início deste ano, o governo português também aprovou um plano para encerrar seu programa de golden visa, que facilita o visto para estrangeiros que compram imóveis no país, em meio a uma escalada nos preços da moradia no país.

Dados do governo português mostram que mais de 50% dos trabalhadores ganharam menos de 1 mil (cerca de R\$ 5,4 mil) por mês no ano passado. Enquanto isso, houve um aumento de 65% nos aluguéis em Lisboa desde o início do boom do turismo em 2015, tornando as moradias inacessíveis para muitos.

Já os preços de venda dos imóveis aumentaram 137% nesse período, de acordo com especialistas no mercado imobiliário local.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Projeto das offshores não incluirá Juros sobre Capital Próprio



Pedro Paulo: relator discutiu assunto com ministros Haddad e Padilha

**Raphael Di Cunto, Guilherme Pimenta e Marcelo Ribeiro**

O deputado Pedro Paulo (PSDRJ) desistiu de incorporar mudanças no mecanismo dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) ao projeto de lei da tributação das offshore. A equipe econômica do governo foi pega de surpresa pela sugestão do parlamentar e não conseguiu elaborar uma proposta "calibrada", que não gerasse ruídos para aprovar o restante das medidas de ajuste fiscal.

O parecer ao projeto foi protocolado na noite dessa terça-feira, mas sem a JCP. O texto contém a tributação dos investimentos de pessoas físicas no exterior (offshore) e dos fundos de investimentos exclusivos (com poucos cotistas). Ele reduziu a alíquota proposta pelo Executivo para tributar o estoque desses investimentos, de 10% para 6%. O estoque dos fundos exclusivos ainda poderá ser pago em até 24 meses, a partir de maio de 2024, com as parcelas corrigidas pela Selic mais 1% ao mês. Já a atualização dos investimentos no exterior a valores de 31 de dezembro de 2023 será opcional e terá que ser paga até maio de 2024 (neste caso, o contribuinte pode preferir não fazê-la, como no caso de um imóvel, já que o lucro só existirá no momento da venda). A alíquota posterior variará entre 15% e 22,5%, a depender do prazo do e valor do investimento.

A mudança nas alíquotas reduzirá a arrecadação

esperada. A taxação dos fundos exclusivos renderia R\$ 7 bilhões em 2024. A das offshore, R\$ 3,21 bilhões em 2023 e R\$ 13,28 bilhões no ano que vem. O relator não apresentou em seu parecer as reestimativas orçamentárias pela diminuição.

Conforme antecipado pelo Valor, a alteração era defendida pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para seguir o mesmo valor acordado com o mercado financeiro na reforma do imposto de renda em 2021.

A intenção de Lira é votar o projeto nesta quarta-feira, como parte do ajuste fiscal. Isso ainda dependerá de reunião com os líderes dos partidos, para saber se há acordo sobre o texto ou se serão necessárias mudanças. Não está descartado o adiamento para a próxima semana, mas o objetivo é aprovar a proposta antes de Lira viajar para o exterior (ele ficará fora de 10 a 20 de outubro).

Os novos **tributos** precisam estar sancionados até dezembro.

A ideia de Pedro Paulo de incorporar as mudanças na JCP ao projeto agradava a ala política do governo, que viu na medida uma forma de acelerar a tramitação, mas o assunto era considerado "muito complexo" no Ministério da Fazenda diante das críticas à proposta inicial de extinguir o mecanismo, utilizado pelas grandes empresas (do regime do lucro real) para se capitalizarem e pagarem menos **impostos** ao remunerarem seus acionistas.

"Queremos um mecanismo para que o JCP cumpra sua função de capitalização das empresas, mas que isso não gere um mecanismo de se beneficiar tributariamente", disse o relator.

As mudanças na JCP foram debatidas por ele com os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, à tarde.

O governo ficou de elaborar uma sugestão e enviar ao parlamentar, mas não conseguiu fechá-la a tempo. Segundo fonte da equipe econômica, a intenção é incentivar o uso do capital próprio da empresa, mas limitar o abatimento de juros sobre o aporte de terceiros como forma de diminuir o pagamento de

**impostos.**

O impasse seria qual a "calibragem" adequada para garantir um mecanismo justo.

A discussão "açodada" foi criticada pelas grandes empresas e poderia atrasar toda a discussão do projeto. "O tema é complexo, tem consequências reais sobre a economia em um momento delicado para o crédito das empresas e deveria ser discutido dentro de uma perspectiva de **reforma tributária** da renda. A discussão precisa ser aprofundada e uma aprovação sem discussão terá efeitos negativos sobre a saúde das companhias abertas brasileiras", disse em nota a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca).

Intenção do presidente da Câmara é votar na noite desta quarta-feira

**Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187678>**

# Dólar vai a R\$ 5,15 com taxas altas nos EUA

**Raphael Pati\***

Em meio a um mercado pressionado pela escalada de juros nos Estados Unidos, o dólar disparou ontem e atingiu o patamar de R\$ 5,15 ao final do dia, o maior valor desde 28 de março, com aumento de 1,73%. A valorização da moeda norte-americana não foi vista apenas no Brasil, já que o índice DXY, que mede a competitividade do dólar frente a outras economias desenvolvidas, atingiu o maior nível em um ano, alcançando 107 pontos. Por outro lado, o mercado de ações teve mais uma sessão de forte baixa. No Brasil, o índice Bovespa, que mede o comportamento dos principais papéis negociados na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) caiu 1,42%, para 113.419 pontos, menor nível de fechamento desde 5 de junho.

Os dois movimentos estão ligados à saída de investidores em direção aos títulos do Tesouro norte-americano, cujas taxas chegaram ontem a 4,80% ao ano para os papéis de 10 anos, patamar que não era atingido desde agosto de 2007. "Muito fluxo tem saído, voltando para os Estados Unidos de forma a aproveitar esse cenário de juros elevados", observou Gabriel Mota, operador de renda variável da Manchester Investimentos.

As declarações de um dirigente não identificado do Federal Reserve (o banco central dos EUA), indicando que os juros devem continuar altos na maior economia do mundo alimentaram a expectativa de que os juros no país podem até mesmo aumentar ainda mais. O dirigente afirmou que fatores como choques geopolíticos, em razão da guerra no Leste Europeu, podem afetar um controle maior da **inflação** nos EUA, que, segundo dados divulgados no fim de agosto, está em 3,3% em 12 meses, acima da meta de 2%. Mesmo assim, ele ressaltou que a retirada de estímulos fiscais lançados ainda na pandemia pode ajudar a segurar os preços.

Também contribuiu para a alta dos juros nos EUA relatório do Departamento de Trabalho informando que a economia norte-americana criou 9,61 milhões de empregos em agosto, bem acima da expectativa de 8,8 milhões de vagas. O indicador, que mostra um nível de atividade aquecido, favorável a aumento de preços, reforçou a previsão de alta dos juros no país para segurar a **inflação**.

Desânimo na Bolsa

Para os investidores da bolsa brasileira, outubro

começou nada animador. Com mais uma queda, o Ibovespa acumula recuo de 2,7% apenas nos dois primeiros dias do mês. As diversas bolsas mundo afora também fecharam no negativo. Nos EUA, o índice Dow Jones teve queda de 1,42%, enquanto que S P e Nasdaq fecharam em baixas de 1,37% e 1,87%, respectivamente.

As principais ações listadas no Ibovespa fecharam em queda. As ordinárias da Vale (Vale3) recuaram 0,61%, enquanto os papéis da Petrobras (Petr3 e Petr4) caíram 1,18% e 0,43%. (Com Agência Estado)  
\*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/10/04/all.pdf>

# A batata quente dos precatórios - ZEINA LATIF

## ZEINA LATIF

No final de 2021, o governo Bolsonaro produziu uma "batata quente". Trata-se da mudança na sistemática de pagamento de precatórios (despesas decorrentes de sentenças judiciais), por meio de uma emenda à Constituição, que postergou para 2027 parte importante dessas despesas incorridas entre 2022 e 2026.

A motivação foi o aumento expressivo do valor a ser saldado em 2022, chegando a R\$ 89 bilhões ante R\$ 54,9 bilhões em 2021, o que, pela regra do teto, exigiria importante corte de despesas, justamente em um ano eleitoral.

A moratória unilateral foi bastante criticada, e a medida foi apelidada de PEC do Calote.

Os mercados reagiram negativamente, com queda da Bolsa e dólar acima de R\$ 5,50.

O passivo acumulado entre 2022 e 2026 poderá chegar a R\$ 200 bilhões em 2027, conforme o Relatório de Projeções Fiscais de julho do Tesouro. O valor equivale a 1,4% do **PIB**, sendo um passivo oculto, não incorporado às estatísticas oficiais de endividamento público. Somando-se o valor devido em 2027, a cifra deverá chegar a R\$ 250 bilhões, segundo o governo. Mantida a regra atual, o pagamento desse passivo deverá se submeter ao limite de despesas do arcabouço fiscal, comprimindo o espaço para as despesas discricionárias.

É meritório o esforço do Ministério da Fazenda em tratar desse passivo, desarmando a bomba a explodir em 2027, valendo o registro de que o PT votou contra a PEC dos Precatórios.

A inação impactaria as expectativas dos agentes econômicos quanto à sustentação do regime fiscal e machucaria a própria credibilidade do ministro Haddad. Isso sem contar o problema concreto de a batata quente cair no colo do próximo presidente, que poderá ser do PT. A omissão agora sairia caro.

Melhor seria se esse tema tivesse sido tratado na proposta do arcabouço fiscal ou antes disso, na PEC da Transição. É inevitável a dúvida sobre a motivação dessa omissão; talvez para se buscar posteriormente

uma saída que não prejudicasse os planos de expansão de gastos do governo.

A Fazenda propõe quitar cerca de R\$ 95 bilhões da fatura este ano (refere-se à soma do passivo acumulado em 2022 e 2024, por conta da PEC dos Precatórios), com abertura de crédito extraordinário, o que significa a despesa não estar sujeita aos limites do arcabouço fiscal. É uma proposta adequada.

O problema maior é propor contabilizar o pagamento da correção de valores pelo atraso no desembolso dos precatórios como despesa financeira, de forma permanente, o que implicaria não entrar no resultado primário. Isso fere as boas práticas da gestão fiscal, bem como a credibilidade da equipe econômica. Existe ainda o efeito colateral de reduzir o incentivo para o governo evitar precatórios, já que esse pagamento deixaria de constranger o Orçamento.

A proposta da Fazenda vai além de saldar o passivo deixado pelo governo anterior, mas não de forma a enfrentar o problema, e sim o camuflando por meio de mudança em critério contábil, o que alimenta desconfianças.

Asolução ideal seria cortar despesas para acomodar o pagamento de precatórios, a ser normalizado, e estabelecer boa governança para conter seu crescimento - especialistas apontam certo descuido do governo nessa frente.

É verdade que mesmo um governo reformista teria dificuldades para cortar despesas, pois cerca de 92% são obrigatórias e não há uma grande reforma que altere de modo expressivo a dinâmica dos gastos. Serão necessárias várias iniciativas, inclusive outra rodada de reforma da Previdência. Ainda que desafiador, é necessário haver esforço nessa direção, incluindo a contenção de gastos discricionários.

Mesmo o caminho de buscar saídas alternativas para lidar com o elevado volume de precatórios não dispensa o cuidado com medidas para minimizar perdas. Para isso, a transparência na gestão fiscal é pedra fundamental. E, como não poderia deixar de ser, é necessário trazer a agenda de redução de despesas. A experiência do passado deixa lições. A credibilidade de Paulo Guedes foi abalada por ter furado o teto, sem apresentar qualquer reforma estrutural para conter

gastos obrigatórios. O abalo não foi maior porque a arrecadação batia recordes, inflada pela alta de commodities pelo aumento da inflação no atacado.

O argumento de que os fins (suspender a moratória) justificam os meios (mudar as regras contábeis) não é adequado. Precisa haver esforço fiscal.

O problema maior é propor contabilizar o pagamento da correção de valores pelo atraso no desembolso dos precatórios como despesa financeira

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Emprego forte nos EUA faz dólar atingir R\$ 5,15

**LETYCIA CARDOSO**

Com as incertezas globais e maior aversão a risco, o dólar comercial saltou 1,71% ontem, a R\$ 5,1530 - a maior cotação desde 28 de março, quando encerrou a R\$ 5,1643. O Ibovespa caiu 1,42%, aos 113.419 pontos.

Nos últimos dias, dirigentes do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) vêm afirmando que os juros terão que permanecer elevados por mais tempo para estabilizar os preços no país. Ontem foi o presidente do Fed de Atlanta, Raphael Bostic: - Não tenho pressa em aumentar, mas também não tenho pressa em reduzir.

A Pesquisa de Criação de Vagas e Rotatividade do Trabalho (Jolts, na sigla em inglês) mostrou que em agosto foram abertas 9,6 milhões de vagas, bem acima das projeções, de 8,8 milhões. Esse dado, segundo analistas, reforça a avaliação de que o Fed terá de manter os juros elevados.

-Quando há muitas pessoas empregadas, a **inflação** tende a se manter estável ou até aumentar, tendo em vista a maior quantidade de dinheiro em circulação - diz Elcio Cardozo, sócio da Matriz Capital.

Alguns analistas até já cogitam a possibilidade de o Fed elevar a taxa na próxima reunião, em novembro. Segundo a ferramenta do CME Group, mais de 30% do mercado projetam alta de 0,25 ponto percentual, para o intervalo entre 5,5% e 5,75%.

Por volta das 19h30, o índice DXY, que mede o dólar frente a uma cesta de moedas fortes, subia 0,16%, aos 107,08 pontos, o maior patamar desde novembro de 2022.

Em Nova York, o índice Dow Jones caiu 1,29%, e o S P 500 perdeu 1,37%.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Campos Neto compara reuniões com Lula e Bolsonaro

**RENAN MONTEIRO**

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, deu detalhes sobre o encontro que teve com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na semana passada. No programa "Conversa com Bial", da TV Globo, veiculado na madrugada de terça-feira, Campos Neto também fez uma comparação da conversa com Lula com as reuniões que mantinha com Jair Bolsonaro.

A conversa de uma hora e meia foi a primeira dele com Lula neste ano, após um período de críticas do presidente e de seus aliados à atuação do BC. Anteriormente, houve um encontro no fim de 2022, período de transição de governo.

Campos Neto foi perguntado sobre com quem foi mais fácil conversar.

-O Lula gasta mais tempo prestando atenção no que você fala. Ele dedica mais tempo, tem mais paciência para as conversas. Bolsonaro era mais rápido. Eu sempre sabia que, quando tinha uma conversa com Bolsonaro, eu tinha três minutos para falar alguma coisa.

Depois dos três minutos ficaria mais difícil, porque ele ficava mais disperso - afirmou.

A avaliação foi vista como "diplomática" pelo apresentador Pedro Bial, que a classificou como "elogiosa" ao presidente Lula e "nem tão elogiosa" a Bolsonaro. O presidente do BC respondeu fazendo menção à autonomia da instituição defendida pelo governo anterior e disse que não era "tão próximo" de Bolsonaro: - Bolsonaro sempre me deu toda liberdade, nunca tive problema. Nunca ligou para reclamar de nada. Nunca interferiu em nada, zero. A gente, às vezes, escuta muito "ah, presidente autoritário". Eu não era tão próximo, mas, no que tangia ao meu trabalho, sempre tive liberdade total.

"BEM ALINHADOS" Campos Neto assumiu o comando do BC em 2019 e, dois anos depois, foi regulamentada a autonomia operacional da instituição. Seu mandato vai até 31 de dezembro de 2024.

O presidente do BC também avaliou que a **inflação** está no caminho correto e reforçou que o Comitê de

Política Monetária (Copom) observa com lupa os núcleos do índice, que excluem itens voláteis como energia e alimentos.

Outro tema tratado foi a relação com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que Campos Neto classificou de "muito boa": -Acho que é um governo que, por construção, tem pessoas que pensam de forma diferente e estão tentando chegar em um lugar comum: melhorar a vida dos brasileiros. Obviamente não vamos pensar igual em tudo, mas estamos bem alinhados.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# O bode dos precatórios foi colocado na sala - LU AIKO OTTA

Precatório, o pagamento feito pelo governo quando é derrotado em tribunais, é um tema pouco badalado. Mas não deveria. Primeiro, pelo seu tamanho. O bolo a ser quitado alcança um ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB).

No entanto, o valor não aparece nas estatísticas da dívida bruta brasileira, pontuou o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron.

Olhando à frente, a Justiça segue decidindo contrariamente à União em causas que não são bilionárias, mas também não são pequenas.

Essas estão fora dos radares do governo e do Congresso.

Mereceriam uma atuação mais assertiva para, eventualmente, alterar pontos da legislação que levam a União à derrota nos tribunais e à emissão de mais precatórios, disse outro integrante do governo.

Os precatórios federais vêm sendo parcialmente rolados. A base são duas emendas à Constituição aprovadas em 2021, quando esses pagamentos foram chamados de "meteoros". O adiamento formou uma bomba-relógio bilionária que explodirá em 2027, com uma fatura de R\$ 250 bilhões. A situação é dramática. Nem por isso, é claramente tida como urgente. Houve no governo quem defendesse deixar o caso para depois.

Na semana passada, os precatórios finalmente ganharam os holofotes. O governo apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma proposta para desarmar a bomba-relógio. Foi no âmbito de duas ações que discutem a constitucionalidade das emendas constitucionais que permitiram a rolagem dos pagamentos.

Ficou evidente que esse é um daqueles problemas com muitas soluções - uma para cada especialista. Nem no governo há consenso.

No entanto, foi dado um primeiro passo. O bode foi colocado na sala, definiu Ceron.

Ele admitiu que sua proposta, elaborada junto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), não é perfeita.

É a que lhe pareceu menos problemática.

Outro integrante do governo concordou que o debate está apenas começando. E que, para além da discussão que ocorre no Judiciário, é possível que haja também um debate no Congresso Nacional. Para ele, a grande mensagem do momento é que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderia manter o problema debaixo do tapete, mas optou por resolvê-lo.

A rolagem do pagamento de precatórios tem sido chamada de moratória parcial, confisco e pedalada. O economista José Roberto Afonso, um dos mais respeitados especialistas em contas públicas do país, vê parentesco com as postergações de pagamentos que marcaram o fim do governo de Dilma Rousseff.

Na Fazenda, avalia-se que o STF tende a decidir pela inconstitucionalidade das pedaladas. O que poderia trazer o "caos", disse Ceron, porque haveria um grande bolo a pagar. Esse sim, seria um verdadeiro meteoro.

Assim, o Tesouro e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional formularam uma proposta para sair dessa barafunda de forma organizada.

Em 2024, seriam quitados R\$ 95 bilhões em precatórios, incluídos aí os vencidos. A despesa seria paga fora das regras fiscais. Detalhe: desse valor, seria deduzido aquilo que já está previsto no Orçamento para pagamento de precatórios. Dessa forma, a operação não afetaria a trajetória colocada para o resultado primário.

No fluxo, a proposta é dividir o valor dos precatórios em duas partes: principal e encargos. O principal seria pago dentro dos limites de despesa primária do arcabouço. O restante ficaria fora, como despesa financeira.

Não há assinaturas do Ministério do Planejamento no documento encaminhado ao STF porque a pasta liderada por Simone Tebet é contra a ideia de separar principal e financeiro do valor dos precatórios. Defende que tudo seja contabilizado como gasto primário, mas fora do limite do arcabouço.

Em entrevista ao repórter Guilherme Pimenta, deste

jornal, o ex-secretário do Tesouro Nacional Jeferson Bittencourt defendeu uma solução diferente: ajustar a base de despesas do arcabouço para acomodar integralmente os gastos com precatórios.

Afonso acha que está certa a proposta do Tesouro. E chama atenção para outro ponto: os precatórios rolados têm seu valor corrigido pela taxa Selic, atualmente maior que o custo médio de captação do Tesouro.

Todas as grandes ações contra a União estão listadas no anexo de riscos fiscais que acompanha o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO). As demandas judiciais de risco "possível" e "provável" somavam R\$ 3,8 trilhões em junho passado. No entanto, esse número só capta causas na casa dos bilhões. Há inúmeras outras, de menor valor, que não integram essa estatística, explicou um integrante do governo.

Assim, um projeto já em andamento é olhar com mais atenção para essas ações e melhorar a defesa do governo.

Foi ousado trazer à luz o tema dos precatórios num momento em que a política fiscal é alvo de desconfiança. No entanto, é uma medida correta porque traz à luz um problema que estava nas sombras. É importante que seja conduzido com honestidade e transparência. Não há mais espaço para meteoros, muito menos para pedaladas.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187678>

# Fundações buscam diversificar, mas ritmo é incerto



*Juliana Schincariol*

A queda da taxa de juros começa a levar os fundos de pensão a repensar a diversificação dos investimentos para além dos títulos públicos federais, enquanto buscam também intensificar a adesão às práticas ESG (ambientais, sociais e de governança). A intensidade com que isso vai acontecer vai depender de diversos fatores, como o ritmo de redução da taxa Selic, métricas universais para analisar investimentos sustentáveis e educação previdenciária dos participantes, segundo gestores do setor.

Para o presidente da Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, João Fukunaga, é o momento de reavaliar investimentos.

"A rentabilidade que buscamos pode não estar mais apenas em renda fixa. Temos de ter um olhar mais abrangente e pensar em diversificar", afirma. Fukunaga participou ontem do Seminário de Investimentos, Governança e Aspectos Jurídicos da **Previdência Complementar** (Siga), organizado pela Previ. O executivo voltou a defender que é necessário aproveitar oportunidades, em renda fixa ou variável, em empresas ou em infraestrutura, como as que podem surgir com o novo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Na Funcef, fundo de pensão dos funcionários da

Caixa, o entendimento é que ainda há espaço para investimentos em títulos públicos no primeiro semestre de 2024. "Temos que discutir e ver novos cenários.

Os planos de benefício definido estão bem de títulos públicos. O desafio são os novos planos em acumulação", afirma o presidente da entidade, Ricardo Pontes. Para os investimentos aderentes às práticas ESG, Pontes diz que ainda é necessário alinhar o tema com reguladores e menciona a preocupação de que ainda inexistem métricas universais para analisar resultados.

Outro desafio é a educação previdenciária dos participantes, afirma o presidente do Postalís, fundo de pensão dos Correios, Camilo Fernandes dos Santos. "Nossas áreas estão se estruturando baseadas no cenário econômico e na flexibilização de regras da Previc", diz, referindo-se a um movimento em direção à diversificação. Com um déficit de cerca de R\$ 13 bilhões, o Postalís segue em busca da recuperação dos investimentos mal feitos do passado, incluindo os que envolveram o BNY Mellon.

O banco foi gestor de fundos de investimentos do Postalís que tiveram prejuízos. A estratégia atual é acionar diretamente a sede do banco, em Nova York. No Brasil, uma ação civil pública do Ministério Público Federal (MPF) pede ressarcimento de R\$ 8 bilhões ao fundo de pensão. Entre janeiro de 2018 até junho de 2023, foram recuperados R\$ 904,9 milhões.

Uma das discussões atuais dos fundos de pensão com o governo envolve a possibilidade de suspensão dos equacionamentos de déficits das entidades. O resultado negativo do setor em abril era de quase R\$ 50 bilhões, segundo dados da Abrapp, associação do setor. De acordo com as conversas iniciais, se a proposta for aprovada, caberia a cada entidade avaliar sua solvência.

Assim, no Postalís, essa suspensão não seria viável. Na Funcef, os equacionamentos somam R\$20 bilhões, por resultados negativos entre 2014 e 2016. Segundo Pontes, ainda não há consenso sobre essa possibilidade. "Temos discutido se cabe [a suspensão dos equacionamentos de déficits] e quais são as consequências. Realmente precisamos rever toda a estrutura e regras que ditam as normas hoje do equacionamento", afirma. Ainda de acordo com

Pontes, não se pode apenas aprovar uma resolução que proponha a suspensão do pagamento de equacionamento sem apontar alternativas para solucionar os resultados negativos.

Outra discussão do setor é a proibição de investimento direto em imóveis, determinada pela resolução 4.661 (atual 4.994) do Conselho Monetário Nacional (CMN). Os fundos de pensão têm até 2030 para se desfazer de imóveis ou transformá-los em fundos imobiliários. Desde que a regra foi estabelecida, há cinco anos, o setor vem tentando que a regra seja revista. As atuais gestões das entidades mantêm conversas com o governo para que as regras sejam alteradas. A carteira imobiliária das entidades é de mais de R\$ 32 bilhões, segundo a Abrapp.

Com R\$ 12 bilhões em imóveis, a Previ não gostaria de se desfazer de nenhum de seus empreendimentos.

Na Funcef, a carteira de imóveis é avaliada em cerca de R\$ 5 bilhões e está em processo de desinvestimento.

Independentemente das regras estabelecidas, há imóveis que estão há tempo no portfólio e que merecem ser revisados, segundo o presidente. O Postalís não possui carteira imobiliária relevante, mas, com a recuperação dos investimentos mal sucedidos do passado, uma parte dos pagamentos tem sido feita em imóveis.

Ricardo Pena, superintendente da Previc, afirma que o debate sobre imóveis será retomado, mas "não vai ser fácil". Outras mudanças no radar do regulador incluem regras de marcação de ativos, melhoria do ambiente de FIPs e adaptações do setor às novas regras de fundos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Sobre o equacionamento de déficit, Pena diz que a ideia é que o setor possa ter uma regulação alinhada a práticas internacionais, que permita, com o tempo, diluir a forma de equacionar resultados negativos. Pena defende tolerância de 25% de déficit em relação ao patrimônio por três anos, com perspectiva de "equacionar no tempo". Segundo ele, a suspensão das contribuições não seria um perdão, e sim um alívio.

"A rentabilidade que buscamos pode não estar mais apenas em renda fixa" João Fukunaga

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20231003/>